



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

PROT O C O L O

PROCESSO nº 00060/86 de 31 de julho de 1986

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: Veto total ao Projrto-de-lei Elegistativo ¹¹⁸⁶ que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17.09.79" que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências.

Of. nº 285/86-Executivo
PROJETO-DE-LE I nº _____ de 28 de julho de 1986.

COMISSÕES DE: JUSTIÇA E REDAÇÃO

ARQUIVADO EM: _____

Diretor Geral

Seto Rejeitado por Unanimidade



CÂMARA DE VEREADORES
DE BENTO GONÇALVES

Receb. em 31 / 07 / 86

[Assinatura]
Assinatura

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES

00060/86
PROTOCOLO

Of. 285/GAB/86

REJEITADO
VOTAÇÃO: *Unico*
por Unanimidade
SALA DAS SESSÕES, 19 / 08 / 86
DATA
[Assinatura]
Presidente

Bento Gonçalves, 28 de julho de 1986.

Ilustríssimo Senhor:

Valemo-nos deste para informar a Vossa Senhoria que opomos veto total ao Projeto de Lei Legislativo nº 11/86, que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17 de setembro de 1979, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências", aprovado por essa egrêgia Câmara de Vereadores em 19 de junho do corrente ano.

A iniciativa de leis que disponham sobre serviços públicos é de competência exclusiva do Poder Executivo, consoante regra contida no Art. 57, IV da Constituição Federal.

O serviço de automóveis de aluguel (táxis) é um serviço público. O Projeto de Lei nº 11/86 invadiu o campo de competência exclusiva do Executivo, sendo incontestável sua inconstitucionalidade, razão do veto ora oposto.

Não bastasse isso, o projeto de lei em referência é, também, ilegal, pois as alterações propostas viriam favorecer um pequeno grupo, composto por proprietários de

Ilustríssimo Senhor

VEREADOR LUIZ MARTINELLI

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Vereadores de

BENTO GONÇALVES - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

camionetas Kombi, dando aos mesmos a oportunidade de adquirir veí
culos com o benefício de isenções fiscais.

A desigualdade de tratamento em benefí
cio de um pequeno grupo fere o princípio de igualdade contido no
Art. 153, § 1º da Constituição Federal.

A ilegalidade do projeto de lei em
pauta também se manifesta quando pretende considerar como "táxi"
as "camionetas tipo Kombi e similares", contrariando as normas
contidas no Código Nacional de Trânsito que estabelecem distin
ção entre automóveis e utilitários (camionetas, furgões e asseme
lhados) e aquelas constantes do Decreto Federal nº 91.367, de
24-6-85 que somente beneficia os veículos considerados "automó -
veis".

Por derradeiro, se o projeto fosse san
cionado e, conseqüentemente, passasse a imperar as disposições
por ele introduzidas, estariam sendo infringidas, também, as nor
mas municipais que disciplinam o serviço público de táxi, que é
outorgado por licenças, conforme Lei Municipal nº 932/79, enquan
to que as Kombis são regidas pela lei de transporte coletivo, que
é explorado mediante permissão.

Se for sancionado o projeto de lei
aprovado pelo legislativo, transformando Kombis em táxi, verifi -
car-se-á outro acúmulo de licenças outorgadas, a exemplo do que
ocorreu no início de 1983, fato lamentável que foi condenado pelo
Poder Judiciário.

Pelas razões expendidas é imperativo
o veto ao Projeto de Lei nº 11/86, de origem legislativa, por

f.




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

inconstitucional e ilegal.

Informamos, outrossim, que o referido veto foi publicado no lugar de costume, conforme dispõe o Art. 48, parágrafo 1º, da Lei Orgânica Municipal.

Na oportunidade apresentamos nossos protestos de consideração.


AIDO JOSÉ BERTUOL
Prefeito Municipal



PARECER:

A CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, suscita parecer a respeito dos vetos opostos aos Projetos de Lei nº 11 e 12 de 12' de junho de 1986, que introduziram modificações às Leis Municipais nºs. 932 / 79 e 1.184/83.

Inicialmente, é bom salientar que o presente parecer irá ser analisado de forma única para os dois vetos, pois se trata de matéria conexa.

DA INCONSTITUCIONALIDADE:

A autonomia administrativa dos municípios consiste de governar-se a si próprio, **no que concerne ao seu peculiar interesse**, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancete nos prazos fixados em lei estadual;

b) à organização dos serviços públicos locais.

" O peculiar interesse não é interesse exclusivo' do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único' dos munícipes. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da administração local, aniquilando-se' a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não seja reflexamente da União e do Estado-membro, como também não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos Municípios como partes integrantes da Federação brasileira, através dos Estados a que pertencem. O que define a caracteriza o peculiar interesse inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União. Tudo quanto repercutir direta ou indiretamente na vida municipal é de interesse peculiar do Município, embora possa interessar também, indireta e imediatamente, ao Estado-membro e à União. O provimento de tais negócios cabe inteiramente ao Município interessado, não sendo lícita a ingerência de pode-

res estranhos, sem ofensa à autonomia local. Pode e deve o Município repelir tais interferências, partam elas de outro Município, do Estado-membro ou da União, através de qualquer de seus órgãos ou poderes. E não sendo possível ao Município ofendido em sua autonomia convencer administrativamente o poder estranho a cessar sua intromissão, poderá recorrer ao Judiciário para anular o ato concreto de interferência inconstitucional." (In HELY LOPES MEIRELLES O Regime Municipal Brasileiro em confronto com o de outros países (separata da Revista dos Tribunais) vol. 236, págs. 3 a 18, 1955).

No conceito de serviços públicos locais entram, além da organização burocrática, todas as funções tipicamente municipais, tais como, o serviço de automóveis de aluguel (táxis).

Desta maneira, no inciso II alínea "b" do art. 15 da Constituição Federal, se depreende que é de **competência** do Município decretar a sua própria **LEI ORGÂNICA**.

A Lei Orgânica contém necessariamente dispositivos sobre a administração municipal e a organização dos serviços públicos.

Assim, trata-se de um abuso do **poder Estatal ou Federal, se arvorarem mentores da autonomia municipal**.

Seguindo essa linha de pensamento em consonância aos ensinamentos do Eminent Municipalista Hely Lopes Meirelles, a nossa Lei Orgânica, em seu art. 30 n° VII, estabelece o seguinte, "in verbis":

"art. 30 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias atribuídas explicita ou implicitamente ao Município, pelas Constituições da República e do Estado, e especialmente:

VII - legislar sobre normas de concessão de serviços públicos locais e

Ora, a lei Orgânica do nosso Município, portanto, permite que o Poder Legislativo legisle sobre a matéria "in casu".

fls. 3

Assim sendo, a alegada inconstitucionalidade, "da'
ta venia" não tem fundamento, pois, o art. 57, IV da Constituição Federal, não tem o condão de interferir em assunto de peculiar interesse do município, quando o mesmo, tem a faculdade de elaborar a sua própria Carta, e nela prever que o Legislativo possa legislar sobre **matéria tipicamente Municipal**.

A norma a ser aplicada ao caso concreto, não seria o art. 57, IV da Constituição Federal, mas sim o art. 15, II, letra "b" desta mesma Constituição, pois a competência recai no peculiar interesse do Município.

Portanto, uma vez que a nossa Lei Orgânica determina que o Legislativo possa legislar sobre a matéria "*in casu*", a alegada inconstitucionalidade é improcedente, **pois na utilização dos preceitos Constitucionais, não há prevalência da lei federal ou estadual sobre a municipal, quando se tratar de matéria de seu peculiar interesse.**

O Município provê a administração em tudo quanto respeite ao peculiar interesse do mesmo, repelindo, por inconstitucional, qualquer intromissão de outro órgão, autoridade ou poder.

"Sô há hierarquia entre as leis Federal, Estadual e Municipal, quando, por inexistir exclusividade de administração, as três entidades (União - Estado-membro - Município) regularem "concorrentemente" a mesma matéria, caso em que a lei municipal cede à estadual e esta à federal." (In Hely Lopes Meirelles - Direito Municipal Brasileiro - 5ª edição - pág. 59).

Desta forma, "*data máxima venia*", o projeto "*sub examem*" é constitucional em razão das considerações expendidas.

DA ILEGALIDADE:

Em primeiro lugar, é oportuno salientar, que o objetivo do presente projeto de lei, **é que camioneta tipo Kombi e similar, também sejam considerados táxis, desde que preenchidos os requisitos legais exigidos para tanto.**

Ora, o fato de que tais proprietários destes veícu

los se beneficiem ou não da aquisição de veículos classificados no art. 1º do Decreto Nº 91.367/85, que reduziu a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool, não atinge e não torna ilegal o presente projeto de lei, **eis que não é objetivo deste.**

Se o táxi Kombi, após licenciado como tal, por força do presente projeto de lei, **não puder ser adquirido com benefícios de isenções fiscais, o problema estará afeto a cada proprietário.**

O que se deve ter em mente é o presente projeto, e não se fazer projeções arguindo a ilegalidade baseado em normas inaplicáveis para o caso em tela.

A questão é: **pode Kombi ou Similares, serem transformados em táxis?**

O Código Nacional de Trânsito não prevê de forma negativa o questionamento supra, é omissivo.

Em seu art. 77, III, letra "d", cita, somente, que quanto a categoria, pode ser "de aluguel".

Já no seu art. 86, manifesta que os automóveis de aluguel (táxis) sujeitam-se ao regulamento baixado pela autoridade local, o que não poderia deixar de ser, pois, como já foi mencionado de forma extensiva no presente parecer, trata-se de matéria de peculiar interesse do município.

Assim, se o presente projeto de lei pretende transformar Kombi ou Similar em táxis, em nada estará contrariando o Código Nacional de Trânsito.

Quanto a infração as normas Municipais, tão pouco procede tal assertiva, pois, se sancionado o projeto, ele estará introduzindo as normas pertinentes na lei Municipal nº 932, que trata da exploração de serviços de automóveis de aluguel (táxis), e, alterando as normas da lei Municipal nº 1.184, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos de transporte coletivo, fazendo com que as Kombis não fiquem mais sujeitas a essa lei.

fls. 5

E finalmente, quanto ao alegado acúmulo de licenças outorgadas, tão pouco procede, pois o Código Nacional de Trânsito, em seu art, 86 § 4º, preceitua que *"a autoridade competente poderá limitar o número de automóveis de aluguel (táxi), atendidas a necessidade da população"*, o que se poderá a qualquer momento limitar-se.

Assim sendo, as normas invocadas no aspecto da ilegalidade pelo Poder Executivo, em sua motivação de veto, *"data máxima ve-*
nia", não são pertinentes ao caso, pois, a idéia é única e exclusivamente de' tornar Kombi e similar em táxi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao par do signatário entender que o presente projeto de lei não é inconstitucional e ilegal, sugere uma mesa redonda, para se debater o assunto, com o Executivo, onde se traria sugestões e inovações para a presente lei.

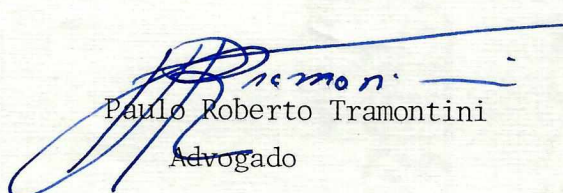
Esta atitude, seria altamente democrática e seria mantida a harmonia entre os dois poderes, que devem labutar conjuntamente em prol na nossa comunidade para que tenha serviços condignos à nossa pujança.

Agindo-se desta forma, estaríamos evitando uma futura demanda judicial que não seria aconselhável para nenhum dos dois poderes.

Este é o nosso parecer.

s.m.j.

Bento Gonçalves, 12 de agosto de 1986.


Paulo Roberto Tramontini
Advogado

A COMISSÃO

Redação
SALA FERNANDO FERRARI — 1M

01/08/86

Presidente



FLS N.º: 11.020

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo Nº : 060 / 86

AUTOR :

RELATOR : Vereador

ASSUNTO : Veto total ao Projeto-de-lei nº 11/86 que " altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17.09.79, que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel e d' outras providências.

Parecer: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Vereadores abaixo firmados, membros da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após analisarem os dizeres do Processo nº 060/86, onde o Senhor Prefeito Municipal opõe Veto total ao Projeto de Lei nº 11/86 que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17.09.79, - que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel e dá outras providências", concluíram pelo seguinte parecer:

-Considerando a análise do 1º parecer emitido - pela Comissão de Justiça e Redação, o parecer da Assessoria Jurídica da Casa com referência ao Projeto, as justificativas do Sr. Prefeito ao Vetar o referido Projeto e o novo parecer da Assessoria Jurídica com relação ao Veto e os documentos em anexo fornecidos - pelo Vereador autor do Projeto, esta Comissão é de parecer que o - Veto seja rejeitado pelo Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1986.

Vereador PAULO GUILLAMELAU
Presidente

Vereador IVANER TOMASINI
Membro

Vereador VICTORIANO ANTUNES
Membro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CITETRAN - 035 - RS

CEP: 91346-2

ANTENSA 1ª CLASSE

5539 833

BRANCO LIGU

CAM. MT 37A AUGUSTE

CH. N.º 9 BUREL 2232 DP005693

CONTRAN

ALVARÁ DE LICENÇA

Autoriza a ERONI JOSE PANNO

Manter em funcionamento, n/cidade, uma Camionete
Aluguel, marca VOLKSWAGEN, cor Vermelho e Branco,
52 HP, ano 1969, placas IG 5539.

para o corrente exercício.

DISTRITO Rua N.º
Bento Gonçalves, de de 19.....

Bento Gonçalves, de de 19.....

Alvará N.º

Exercício de 1982

Escriturário

22.11.82

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO RS Nº 3245860	
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	
ESTADO	
RIO GRANDE DO SUL	
VIA	CERTIFICADO DE REGISTRO
1	Nº RS-35
NOME	
DELFINA LONGHI VIEL	
ENDEREÇO	
MONTE BELO DISTRITO	
LOCAL	DATA
BENTO GONÇALVES RS	10.12.82
B. L. CALMIR ANTONIO MEYR	
Inspetor EXEMPLO	
CONTRAN	

747/01 82

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CONTRAN - 035 - RS	
328207550-20	ME. Nº 3476**x**x
MÉCANICA INTERNACIONAL LTDA**x**x	
REG. ANTERIOR (PLACA)	
VEIC. OKM**x	CAM MISTA ALUGUEL**x
MOD.	
195643 83	DEGE PALHA**x**x**x**x
MARCA	
VOIKS KOMBI STD*68HP	TAXI**x**x**x
IDENTIFICADO	
9 PASS	CH. Nº 9BWWZZZ3DDP008110*
OBSERVAÇÕES	
VEICULO NACIONAL PROPRIEDADE*196	
ALCOOL*VENDA RESTRIITA POR TRÊS ANOS	
CONTRAN	

Despachante
PEDROTTI

Rua Tupanciretã, 50

Fone: 252-2556

BENTO GONÇALVES -

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
RS Nº 3245159
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CITY
RUA
RUA ELIOI SECONDO Nº 214
NOME
IVANIR PEDRO DEMARCO
ENDEREÇO
RUA ELIOI SECONDO Nº 214
DATA
04.11.82
BENTO GONÇALVES, RS
1º CERTIFICADO DE REGISTRO
RS-35
CONTRAN
747/01-82

H. 120

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
GUIA DE ARRECAÇÃO

3 NOME DO CONTRIBUINTE
Ivan

3 Ivanir Pedro Demarchi
5 p. ENDEREÇO

5- ENDERECO

5. ENDEREÇO
Rua Elio Secondo Nº 214

8 — ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

ISPV
- OBSERVAÇÕES

9

MUNICÍPIO

Benedito Gonçalves 010

Taxia

HP 68

Cor Bege

Marca Volkswagen Kombi

OBSERVAÇÕES

Cor HP 68

Cum bustivel

Alcool
Camionete

Tipo Camionete Mista Alcool
 ano de Fabricação 1983
 Modelo 83
 Faixa

Modelo de Fr. 83

Faixa 1

3004
3005
3006
3007
3008
3009
3010
3011
3012
3013
3014
3015
3016
3017
3018
3019
3020
3021
3022
3023
3024
3025
3026
3027
3028
3029
3030
3031
3032
3033
3034
3035
3036
3037
3038
3039
3040
3041
3042
3043
3044
3045
3046
3047
3048
3049
3050
3051
3052
3053
3054
3055
3056
3057
3058
3059
3060
3061
3062
3063
3064
3065
3066
3067
3068
3069
3070
3071
3072
3073
3074
3075
3076
3077
3078
3079
3080
3081
3082
3083
3084
3085
3086
3087
3088
3089
3090
3091
3092
3093
3094
3095
3096
3097
3098
3099
3100
3101
3102
3103
3104
3105
3106
3107
3108
3109
3110
3111
3112
3113
3114
3115
3116
3117
3118
3119
3120
3121
3122
3123
3124
3125
3126
3127
3128
3129
3130
3131
3132
3133
3134
3135
3136
3137
3138
3139
3140
3141
3142
3143
3144
3145
3146
3147
3148
3149
3150
3151
3152
3153
3154
3155
3156
3157
3158
3159
3160
3161
3162
3163
3164
3165
3166
3167
3168
3169
3170
3171
3172
3173
3174
3175
3176
3177
3178
3179
3180
3181
3182
3183
3184
3185
3186
3187
3188
3189
3190
3191
3192
3193
3194
3195
3196
3197
3198
3199
3200
3201
3202
3203
3204
3205
3206
3207
3208
3209
3210
3211
3212
3213
3214
3215
3216
3217
3218
3219
3220
3221
3222
3223
3224
3225
3226
3227
3228
3229
3230
3231
3232
3233
3234
3235
3236
3237
3238
3239
3240
3241
3242
3243
3244
3245
3246
3247
3248
3249
3250
3251
3252
3253
3254
3255
3256
3257
3258
3259
3260
3261
3262
3263
3264
3265
3266
3267
3268
3269
3270
3271
3272
3273
3274
3275
3276
3277
3278
3279
3280
3281
3282
3283
3284
3285
3286
3287
3288
3289
3290
3291
3292
3293
3294
3295
3296
3297
3298
3299
3300
3301
3302
3303
3304
3305
3306
3307
3308
3309
3310
3311
3312
3313
3314
3315
3316
3317
3318
3319
3320
3321
3322
3323
3324
3325
3326
3327
3328
3329
3330
3331
3332
3333
3334
3335
3336
3337
3338
3339
3340
3341
3342
3343
3344
3345
3346
3347
3348
3349
3350
3351
3352
3353
3354
3355
3356
3357
3358
3359
3360
3361
3362
3363
3364
3365
3366
3367
3368
3369
3370
3371
3372
3373
3374
3375
3376
3377
3378
3379
3380
3381
3382
3383
3384
3385
3386
3387
3388
3389
3390
3391
3392
3393
3394
3395
3396
3397
3398
3399
3400
3401
3402
3403
3404
3405
3406
3407
3408
3409
3410
3411
3412
3413
3414
3415
3416
3417
3418
3419
3420
3421
3422
3423
3424
3425
3426
3427
3428
3429
3430
3431
3432
3433
3434
3435
3436
3437
3438
3439
3440
3441
3442
3443
3444
3445
3446
3447
3448
3449
3450
3451
3452
3453
3454
3455
3456
3457
3458
3459
3460
3461
3462
3463
3464
3465
3466
3467
3468
3469
3470
3471
3472
3473
3474
3475
3476
3477
3478
3479
3480
3481
3482
3483
3484
3485
3486
3487
3488
3489
3490
3491
3492
3493
3494
3495
3496
3497
3498
3499
3500
3501
3502
3503
3504
3505
3506
3507
3508
3509
3510
3511
3512
3513
3514
3515
3516
3517
3518
3519
3520
3521
3522
3523
3524
3525
3526
3527
3528
3529
3530
3531
3532
3533
3534
3535
3536
3537
3538
3539
3540
3541
3542
3543
3544
3545
3546
3547
3548
3549
3550
3551
3552
3553
3554
3555
3556
3557
3558
3559
3560
3561
3562
3563
3564
3565
3566
3567
3568
3569
3570
3571
3572
3573
3574
3575
3576
3577
3578
3579
3580
3581
3582
3583
3584
3585
3586
3587
3588
3589
3590
3591
3592
3593
3594
3595
3596
3597
3598
3599
3600
3601
3602
3603
3604
3605
3606
3607
3608
3609
3610
3611
3612
3613
3614
3615
3616
3617
3618
3619
3620
3621
3622
3623
3624
3625
3626
3627
3628
3629
3630
3631
3632
3633
3634
3635
3636
3637
3638
3639
3640
3641
3642
3643
3644
3645
3646
3647
3648
3649
3650
3651
3652
3653
3654
3655
3656
3657
3658
3659
3660
3661
3662
3663
3664
3665
3666
3667
3668
3669
3670
3671
3672
3673
3674
3675
3676
3677
3678
3679
3680
3681
3682
3683
3684
3685
36

Faixa 1

USO DA REPARTIÇÃO

USO DA REPARTIÇÃO

T 17

17

AGENTE ARECADADOR

18

USO DO PROCESSAMENTO

— QUITAÇÃO MECÂNICA

— QUITAÇÃO MECÂNICA

2134

— p. p.

— p. p.

Assinatura dos Membros da Mesa

Ver. JOSÉ FERRONATO - Vice-Presidente

Ver. ITACYR L. GIACOMELLO - 2º Secretário

1-06/86

12.548

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Gabinete da Presidência

Palácio 11 de Outubro

Of. 563/86-GP

Bento Gonçalves, 20 de agosto de 1986.

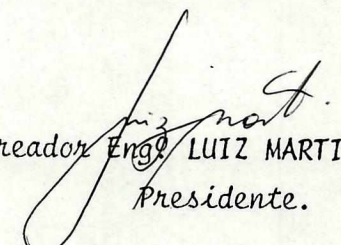
Senhor Prefeito:

Pelo presente, informamos-lhe que foram apreciados, em Sessão Ordinária realizada na noite de ontem, os seguintes vetos apostos por Vossa Excelência:

- Veto Parcial ao Projeto-de-lei 07/86, que "Autoriza o Poder Executivo a executar e cobrar obras públicas que beneficiem áreas de terceiros", no seu Artigo 3º;
- Veto total ao projeto-de-lei 11/86 que "altera artigos e inclui parágrafos e incisos à Lei Municipal nº 932, de 17.09.79" que estabelece normas para a exploração dos serviços de automóveis de aluguel (táxis) e dá outras providências;
- Veto total ao projeto-de-lei 12/86, que "altera o artigo 3º e a alínea C do Artigo 14 da Lei Municipal nº 1184, de 04.01.83, que dispõe sobre a concessão dos serviços públicos urbanos de transporte coletivo e dá outras providências".

Esses vetos foram rejeitados por unanimidade de votos. Anexamos cópia dos ofícios 284, 285 e 286/GAB - através dos quais foram-nos comunicados os vetos apostos - contendo a decisão soberana do Plenário desta Casa Legislativa.

Com protestos de consideração e apreço, firmamo-nos,


Vereador Engº LUIZ MARTINELLI,
Presidente.

Exmo. Sr.

AIDO JOSÉ BERTUOL

DD. Prefeito Municipal

Bento Gonçalves - RS

P. 060/86



CÂMARA DE VEREADORES
DE BENTO GONÇALVES

Recceb. em 05/09/86

[Handwritten signature]

Assinatura

Cópias p/ processos 028,039,040,
059,060,061/86

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

OF. Nº 356/GAB/86

Bento Gonçalves, 03 de setembro de 1986.

Senhor Presidente:

Em atenção ao seu Ofício Nº 563/86-GP, datado de 20 de agosto p.p., vimos informá-lo que, coerentes com as razões dos vetos opostos aos Projetos de Lei Nº 7, 11 e 12, deixamos de sancioná-los.

sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos a Vossa Senhoria nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

[Handwritten signature of Aido José Bertuol]

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

Ilmo Sr.

Vereador Engº LUIZ MARTINELLI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Av. Dr. Casagrande, Nº 270

NESTA CIDADE

PARECER:

A CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, suscita parecer a respeito da forma procedimental e seus prazos, quando ocorrer Vetos á determinados Projetos de Lei, opostos pelo Chefe do Poder Executivo, e, quando o mesmo ratificar suas razões de veto recusando-se a sancionar o Projeto.

O veto, seja total, seja parcial, deve ser manifestado pelo Prefeito, de acordo com o art. 59, § 1º da Constituição Federal, no prazo de quinze dias úteis contados da data do recebimento do Projeto. Esse prazo é fatal. Transcorrido a quinze na, dispõe o § 2º desse mesmo artigo, que o silêncio importará sanção.

A nossa Leio Orgânica do Município, em seu artigo 48 § 1º e § 2º, ratificam o procedimento e os prazos.

Vetado o Projeto, tem o Prefeito que comunicar essas razões, dentro das quarenta e oito horas subseqüentes à quinquena, ao Presidente da Câmara de Vereadores. Nota-se bem que a aposição do veto deve ser manifestada na quinquena. Somente a fundamentação do veto é que pode ser comunicada até quarenta e oito horas depois da quinquena.

Uma vez vetado o Projeto, dentro do prazo legal, o mesmo importará em reapreciação da Câmara de Vereadores. Assim, a comunicação do veto juntamente com as razões, têm por efeito provocar a Câmara ao reexame.

Se a maioria qualificada da Câmara rejeitar o veto oposto ao Projeto, o mesmo, deverá ser remetido ao Prefeito para promulgá-lo em quarenta e oito horas decorridos da comunicação da rejeição do veto, (art. 59, § 5º da Constituição Federal, ratificado pelo art. 48 § 5º da L.O.M.).

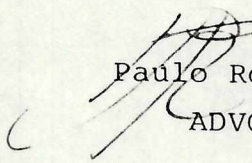
Caso o Projeto de Lei não for promulgado pelo Prefeito, a promulgação competirá, por força do mesmo dispositivo constitucional supramencionado, ao Presidente da Câmara, que terá, também, quarenta e oito horas para fazê-lo findos os quais deverá fazê-lo o Vice-Presidente da Câmara, para adquirir eficácia e entrar em vigência de Lei.

Assim sendo, nos Projetos "in casu", de números 7, 11, 12, como a comunicação da ratificação de veto foi recebida em 05.09.86, o prazo para promulgação do Sr. Presidente da Câmara se esgota no dia 08.09.86.

Este é o nosso parecer.

s.m.j.

Bento Gonçalves, 05 de setembro de 1986.


Paulo Roberto Tramontini
ADVOGADO



2.^a VIA
CÓPIA AUTÊNTICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

NOVO REGIMENTO INTERNO

ART. 183

§ 2º - Será obrigatoriamente secreto o voto na apreciação do veto do Prefeito e na eleição da Mesa

ART. 196

§ 2º - Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 3º - As Comissões têm o prazo conjunto e improrrogável de dez (10) dias para a manifestação.

§ 4º - Se a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata, independentemente de Parecer.

PRAZO FINAL P/APRECIAÇÃO DO VETO: 45 DIAS - § 5º, ART. 196 e 198

ART. 197 - A apreciação do veto será feita em uma única discussão e votação. A discussão se fará englobadamente, e a votação poderá ser feita por partes, se requerido e aprovado pelo Plenário.

ART. 199 - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de dez (10) dias, com o mesmo número da lei municipal a que pertencem, entrando em vigor na data em que forem publicadas.